



OPINIÃO

Reflexões sobre presente e passado

**DOMINGUES DE AZEVEDO**

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Depois de honras de abertura de telejornais, dezenas de páginas na imprensa e horas a fio nas rádios, está a acontecer, no sítio adequado, a Assembleia da República, o debate sobre o Orçamento do Estado 2013.

Com maior ou menor dificuldade, com mais ou menos absenções ou votos contra, o documento vai ser aprovado na generalidade pela maioria de direita com assento parlamentar.

Ainda alimento uma réstia de esperança, apesar de cada vez mais ténue, que o OE menos consensual das últimas décadas seja alvo de algumas melhorias na especialidade. Mas, não tenho ilusões. Globalmente, o documento que o Presidente da República promulgar, não será mais do que um auto de fé do ministro das Finanças que se alicerça à custa dos que menos ganham e dos que quase nada têm.

Mas não se pense que a raiz do mal é unicamente Vítor Gaspar. Este não é mais do que o corolário de erros acumulados, dos sucessivos governos, na condução da política nacional.

Gostava de ser o único a defender esta posição, mas infelizmente não estou sozinho.

Este Orçamento não resolve os problemas do país, antes, aprofunda-os. Gostaria, para melhor sustentar a minha opinião, de identificar dois erros colossais do ponto de vista da forma e da substância: primeiro, o OE 2013 não foi concebido, nem houve esforço nesse sentido, para ser compreendido pelo povo, o principal destinatário e vítima, ao mesmo tempo. Segundo, a política de comunicação foi desastrosa. Com avanços e recuos que se já baralham um especialista, o que fará um leigo na matéria?

O resultado é a natural resistência popular ao que lhes quer ser imposto de forma algo cifra-

da. É uma falha, porque os cidadãos têm o direito a compreender aquilo que lhes é exigido de um documento que os visa diretamente e interfere, limitando, a sua vida em comunidade. O outro ponto, porventura o que mais compromete o futuro nacional, prende-se com o facto de este OE hipotecar uma estratégia de desenvolvimento económico. Perante isto, o recorde de impostos que desaba sobre as nossas cabeças não pode ser mais insustentável. As dívidas pagam-se com riqueza, com crescimento e não com aumento de impostos e o empobrecimento forçado da classe média.

Mas há mais. Na patética guerra das previsões entre entidades, a estimativa para a recessão no próximo ano não podia ser mais irrealista. Está visto que vem aí mais do mesmo: os governos falham os seus planos e são os de sempre a arcar com as despesas. O Estado é perdulário e a fatura vai endereçada para os do costume abrirem os cordões à bolsa. O Estado exige às empresas privadas um patamar organizacional ao mais alto nível, quando nas instituições que gere desperdiça recursos como se não houvesse amanhã. O setor público tem que ser o melhor de todos, destacar-se pela qualidade e albergar os técnicos e especialistas mais qualificados que existirem, mesmo que tenha de os compensar acima da média.

O Orçamento do Estado, independentemente do executivo que o protagoniza, é a expressão financeira da política governamental. A faceta financeira que este governo nos apresenta está longe de ser amável. É dura, agreste e impiedosa. Aqui chegámos. Não é possível que uma máquina do tempo nos transporte até à primavera de 2011, quando o PEC 4, com medidas de austeridade e reformas estruturais, foi derrubado, e com ele o governo de então, precipitando a realização de eleições antecipadas.

Ironia do destino, é agora o PSD que estende a mão ao PS para refletir sobre as funções do Estado.

Como estaríamos agora se o PEC 4 tivesse sido aprovado? Pior não estaríamos, seguramente. Aqui fica outro tema para reflexão. ■